



**Secretaria de Inspeção do Trabalho  
Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho  
Coordenação-Geral de Normatização e Programas**

## **ATA DE REUNIÃO DO GRUPO TRIPARTITE TEMÁTICO DA NR-24**

### **11ª Reunião Ordinária**

**Data: 1º e 2 de março de 2016**

**Local: Ministério do Trabalho e Emprego – Brasília / DF**

#### **PRESENTES:**

##### Bancada de Governo

MTE: Alexandre Scarpelli, Rafael Faria Gigue e Valdir Oliveira Silva.

FUNDACENTRO: Swylmar dos Santos Ferreira

##### Bancada de Trabalhadores

CUT: Irene Rodrigues dos Santos

UGT: Renato de Jesus Santos

NCST: José Juscelino de Medeiros

Força Sindical: Geraldo Ananias Pacheco

##### Bancada de Empregadores

CNA: Paulo Rogério de Araújo

CNT: Marcos Bicalho dos Santos

CNI: José Luiz Pedro de Barros

CNI: Reinaldo Damacena

1 A 11ª Reunião do Grupo de Trabalho Tripartite – GTT da NR-24 iniciou-se às 10h do dia 1o de  
2 março de 2016 com a palavra aberta a comentários das bancadas antes do início dos  
3 trabalhos. Sem comentários por parte das bancadas foram retomados os trabalhos, nesta  
4 reunião, desenvolvidos em arquivo condensado com todos os itens já aprovados e pendentes  
5 em atendimento à solicitação das bancadas para melhor visualização, já que estávamos, até a  
6 reunião anterior, trabalhando em arquivo contendo somente as pendências. O trabalho foi  
7 retomado desde o primeiro item da proposta de norma para melhor entendimento do que já  
8 estava aprovado e dos itens que ainda estão em debate. Houve debate inicial sobre a melhor  
9 forma de estruturação da norma em relação aos banheiros e chegou-se ao entendimento de  
10 que a estrutura seria mais bem compreendida se o termo “instalação sanitária” estivesse  
11 atrelado ao conceito de lavatório com vaso sanitário. O chuveiro, portanto, seria tratado como  
12 complemento da instalação sanitária nos casos em que fosse obrigatória sua disponibilização.  
13 Não houve entendimento sobre a proposta de disponibilizar chuveiro para cada 40  
14 trabalhadores de funções administrativas. A bancada de empregadores se comprometeu a  
15 analisar e a propor alternativa para a proposta de chuveiros para as funções administrativas.  
16 Foi proposto que estabelecimentos com até 10 trabalhadores poderiam disponibilizar apenas  
17 uma instalação sanitária, sem separação por sexo. Todas as bancadas deveriam analisar essa  
18 proposta antes de firmar posição para aprovação. Sobre dimensões do gabinete sanitário e do  
19 Box do chuveiro, a bancada de empregadores sugeriu que fossem seguidos os códigos de  
20 obras municipais. Não houve concordância pela bancada de governo e de trabalhadores que se  
21 comprometeram a estudar melhor a possibilidade de adoção do código de obras, apesar das  
22 restrições impostas pelas normas de acessibilidade ou de insegurança pelo não conhecimento  
23 dos códigos de obras existentes. A bancada de empregadores afirmou que poderiam aceitar a  
24 inclusão de um padrão mínimo para ser aplicado caso não houvesse previsão dos códigos de  
25 obras para as dimensões dos gabinetes de chuveiro e de vaso sanitário. Sobre a substituição  
26 dos vasos sanitários por mictórios em banheiros masculinos, houve sinalização de adoção do  
27 percentual de 50%. As bancadas iriam avaliar esse percentual para aprovação. A bancada de  
28 empregadores defendeu a adoção do mictório tipo calha, proposta que foi recebida com  
29 resistência pelas outras bancadas, porém com sinalização de possibilidade de aprovação após  
30 consulta às bases. Sobre corredores nas áreas dos vestiários, resolveu-se analisar sobre a  
31 possibilidade de exclusão do item, contanto que houvesse previsão nas regras gerais sobre  
32 corredores e acessibilidade. Sobre armários, a bancada de empregadores apresentou proposta  
33 de diminuição das dimensões mínimas e incluir item para prever a necessidade de aumento  
34 das dimensões de acordo com as atividades da empresa. As outras bancadas não aprovaram a  
35 proposta, mas fariam estudo para buscar alternativa. O mesmo seria válido para os armários  
36 em atividades com sujidade que possuiria o dobro do tamanho. Para os refeitórios e espaços  
37 de refeição buscou-se texto que contemplasse apenas os usuários efetivos desses espaços e  
38 não o total de empregados do estabelecimento. Foi construída proposta dos requisitos  
39 mínimos de refeitórios para até 30 usuários e para mais de 30 usuários, aprovada pelas três  
40 bancadas. Pendências em refeitórios apenas para os itens que estabelecem local para lavagem  
41 de utensílios em locais de refeição para menos de 30 usuários e para o item de área mínima  
42 por usuário em refeitórios para mais de 30 usuários. Há que se rever o item que trata do PAT  
43 (Programa de Alimentação do Trabalhador) para dispensa do refeitório dependendo do tipo de  
44 participação no programa. Em alojamentos ainda estão pendentes os itens que tratam do  
45 máximo de usuários por quarto e por alojamento e o item que trata dos armários em

46 alojamentos. A bancada de empregadores propõe que se excluam as referências de distâncias  
47 do refeitório e da lavanderia dos alojamentos. Houve debate sobre as competências do  
48 médico coordenador do PCMSO sobre adoecimentos em alojamentos e sobre a permanência  
49 de trabalhadores doentes nos alojamentos. Este último debate não foi finalizado. A reunião foi  
50 encerrada no fim da tarde do dia 2 de março.